



Maria Martins

Escola-Família- Comunidade

Espaço Educativo de Comunicação,
Partilha e Corresponsabilidade



**Novas Edições
Acadêmicas**

PREFÁCIO

TERESA SARMENTO

Universidade do Minho

Ao iniciar este Prefácio recordo como conheci a autora deste livro, Maria Martins, inicialmente como minha aluna no Mestrado em Administração e Organização Escolar, na Universidade Católica de Viseu, e posteriormente como orientanda de Doutoramento em Ciências da Educação, na Universidade de Granada, confessando como me senti instigada por uma professora-aluna que manifestava um pensamento crítico e questionador permanente. Rapidamente percebi que partilhávamos preocupações e perspetivas comuns face à sociedade atual, ao mundo educacional e, neste, à pertinência da colaboração das escolas com as famílias. Das nossas muitas conversas surgiram inúmeras questões: O que entendemos por educação? Será que subscrevemos a perspetiva durkheimiana de que a educação é uma ação vertical de uma geração sobre a outra, com o propósito da transmissão de um património anteriormente construído? Posicionamo-nos, ao invés, numa perspetiva do entendimento da educação como promoção do desenvolvimento global, nesse sentido definido pela paideia? Em que sociedade estamos? Esta é a sociedade que desejamos? Como nos colocamos face à mesma - membros passivos ou, ao contrário, interventores, assumindo a nossa cidadania? Que visão possuímos daqueles com quem desenvolvemos a nossa profissionalidade - alunos recetores dos conhecimentos que transmitimos ou pessoas com quem colaboramos na construção de um conhecimento socio histórico? Que espaços reconhecemos à participação dos pais na educação no contexto escolar?

A existência de relação entre escolas e famílias só se verifica num modelo de escola que admita, para lá dos imperativos legislativos, a relevância de a ação educativa se inserir num projeto educativo de uma comunidade em que, como tal,

todos (pais, professores, alunos, outros atores sociais) têm espaço de participação (Sarmiento, T. & Marques, J. 2006). A esse respeito, Nóvoa defende a construção de um espaço público de educação no qual a escola tem o seu lugar, mas não exclusivo e hegemónico na educação das crianças e jovens. Para o autor “a contemporaneidade exige que tenhamos a capacidade de recontextualizar a escola em seu lugar próprio, chamando a sociedade às suas responsabilidades na educação” (2012: 15).

Esta abertura à comunidade e à relação com os pais, no entanto, não é de aceitação imediata, desde logo pelos professores, temendo estes sentir por vezes a sua profissionalidade posta em causa. Segundo Enguita, se antes as famílias aceitavam a autoridade do professor como “legítima e indiscutível” (2007: 95), hoje em dia essa aceitação já não é tão linear, o que, na opinião do autor, tem a ver com os níveis educativos mais elevados da população em geral, permitindo aos pais discutirem as decisões educativas dos professores, colocando muitas vezes em causa a sua capacidade e desempenho profissionais. No nosso entendimento, este é só um dos fatores que pode estar na base da aproximação ou afastamento entre os mesmos, a que se podem juntar alguns outros: para além das questões referentes às dificuldades de conciliação entre o mundo do trabalho e a vida familiar que faz com que os pais deleguem algumas das suas funções educativas aos professores, verifica-se também a falta de experiência dos jovens pais, que lhes dificulta ter uma perceção correcta do que é uma criança, da sua educabilidade e de como se processa a educação da mesma (Sarmiento, T., 2016). Alguma investigação académica neste campo mostra que razões associadas à gramática organizacional e funcional de cada escola justificam que nuns casos se verifique colaboração entre escolas e famílias e, noutros, obstaculização da mesma, o que corrobora a defesa de Montandon e Perrenoud de que existem hoje “tantas concepções de educação quanto as percepções e representações de ordem social e do papel e função do indivíduo nesse mesmo sistema social” (2001: 5).

Escola-Família-Comunidade

Neste processo, as crianças-alunos vêm assumindo uma centralidade até então desconhecida. Quando nos referimos a crianças ou famílias, não estamos a falar de grupos homogêneos, a um modelo idealizado de criança ou de família, repudiando, assim, qualquer retórica de uniformização. Daí que, como reforçam vários autores (Silva, P. 2003; Sarmiento, T. 2005; Ravn, 2005), não se possa falar da relação entre crianças-adultos como uniforme: as famílias, as escolas, os professores são muito diversos. Como vimos defendendo, para assumirmos a participação da criança-aluno na relação escola-famílias, temos que pôr em questão a visão de participação propriamente dita, mas também, e talvez sobretudo, temos que repensar o modelo de escola que possuímos. Estes dois vetores não podem ser ignorados, na crença de que, como diz Pedro Silva, “É demasiado o que está em jogo. Trata-se da educação de toda uma geração. Trata-se do tipo de sociedade que se constrói. É que a relação escola-família configura uma concepção de escola, mas também uma concepção de sociedade” (2005, p. 136). Numa altura em que se interrogam concepções de participação e de escola, parece-nos ser de afirmar com Dahlberg, Moss e Pence, o entendimento das escolas como fóruns, ou seja, como “conjunto concreto de condições de aprendizagem onde as pessoas se reúnem para falar, para se envolver em diálogo, para partilhar suas histórias e para lutar juntas, através de relações sociais que fortaleçam, em vez de enfraquecer, as possibilidades de uma cidadania activa” (2003:101). Este conceito de fórum implica o reconhecimento do direito das crianças-alunos a desempenharem um papel ativo e criativo na sua própria vida, num processo pedagógico em que a aprendizagem é construída numa co-construção entre crianças-alunos e adultos-professores/pais, já não apenas enquanto esforço-resposta de adequação das primeiras face às expectativas dos segundos, mas como resultado de processos múltiplos de socialização intergeracional que possibilitam a afirmação de cidadanias várias em que umas e outros se influenciam mutuamente, porque vivem interativamente longos tempos de vida.

Estas situações, como dizíamos, geram um conjunto de forças nem sempre consensuais, com posicionamentos diferentes dos professores e dos pais, e de uns e outros entre si. Segundo Enguita, atualmente “a escola complementa a família como no passado o fazia a pequena comunidade envolvente” (2007: 87), pelo que se espera da parte dos professores “uma atitude de compromisso com o conjunto da organização e com os seus fins” (ibid: 132), uma atitude pró-ativa e de disposição para a cooperação, quer com os restantes professores, quer com a comunidade educativa alargada.

As temáticas aqui assinaladas têm vindo a ser estudadas a nível académico, particularmente em estudos de mestrado mas também (em muito menor número) em doutoramento, como é o caso da investigação apresentada neste livro. A particularidade do mesmo parte do propósito de a sua autora, profissional reflexiva e muito comprometida socialmente com o seu mandato enquanto professora, sentir a necessidade de conhecer a realidade, de desocultar os fios que a tecem, o *status quo* existente nas escolas, para, a partir daí, promover os valores de colaboração em que acredita profundamente. Assim, ao produzir novo conhecimento a partir de um caso – as práticas de relação escola-famílias nas escolas do ensino básico de um concelho da região centro de Portugal, em 2012 - Maria Martins desenvolve, numa base rigorosa, oportuna e inovadora, um processo formativo enquanto investigadora e enquanto docente. Ao disponibilizá-lo agora ao público, num tempo em que as escolas parecem fechar-se em si mesmas, centradas nas questões estritas do sucesso enquanto progresso académico, a autora viabiliza que outros (investigadores, professores, gestores, pais) (re)pensem a pertinência das escolas enquanto espaços em que se encontram diferentes atores sociais, abertos a diferentes realidades e culturas, em que se assumem compromissos sociais nas comunidades, em que os alunos são, antes de mais, pessoas, filhos de pais concretos, alunos de uma escola, cidadãos de uma comunidade.

Escola-Família-Comunidade

A partir de um quadro teórico que tem como principais dimensões de análise a relação escolas-famílias assente em valores como a participação, a cooperação, as parcerias e a (re)construção de saberes, Maria Martins criou e implementou no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique-Viseu, o projeto “Escola e Família em Formação/Ação”, com base nos dados da investigação por si desenvolvida no âmbito do doutoramento e que continua agora com outros investigadores (entre os quais me integro), bem como com outros professores, pais, pessoal não docente e outros parceiros.

“Escola e Família em Formação/Ação”¹ tem como finalidades a promoção da melhoria do sucesso escolar dos alunos e a promoção de novas competências educativas em todos os agentes educativos. Como estratégias, são desenvolvidas sessões de formação parental, de formação de professores e assistentes operacionais, de apadrinhamento entre os alunos, de ações concertadas entre diversos parceiros, de um seminário anual de âmbito nacional, entre outras.

Contando já com sete anos de existência, este projeto progride num processo contínuo de envolvimento e partilha de propósitos não necessariamente consensuais, mas em que uns e outros se ‘cativam’ mutuamente, em que cada um reforça e se reforça com o compromisso de outros a bem da educação dos seus alunos, dos seus filhos, reconhecendo que a Maria Martins se manterá como *timoneira* neste processo cientificamente sustentado, acreditando, como o Príncipezinho que:

“Eu não preciso de ti. Tu não precisas de mim. Mas, se tu me cativares, e se eu te cativar... Ambos precisaremos um do outro. A gente só conhece bem as coisas que cativou. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas!” (Antoine de Saint-Éxupéry)

¹ Para melhor conhecimento do projeto “Escola e Família em Formação/Ação” convido-os a visitarem a página www.eidh.pt